

Resumo

O presente texto pretende avaliar em que medida uma política cultural comprometida com o seu contexto histórico e social pode inserir em suas acções a problemática da cultura, local e global e do património como suporte para diferentes modelos de políticas setoriais. Discute acerca da trama de relações que interligam a política e o território com as problemáticas contemporâneas da cultura, do património e da museologia. Neste contexto a cultura se transforma num instrumento de desenvolvimento territorial e as despesas públicas culturais passam a ser entendidas como um investimento e o património como recurso para a revitalização económica e social.

Abstract

The present text pretend to assess how a cultural politic, compromised at the social and historical context, could use global and local heritage problematic as support of different sectorial policies models. Discuss about the relations that interlink the politic and territory with the culture, heritage and museology contemporary problematic. At this context the culture is transformed at a territorial development tool, the cultural public expenses understudied as investment and heritage as an economic and social resource.

Património, política cultural e globalização em contexto museal

Judite Primo

Doutora em Educação Patrimonial e Museologia pela Universidade Portucalense. Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A partir das transformações do mundo contemporâneo – resultantes dos processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, das migrações e transnacionalização dos bens (materiais e simbólicos), da globalização e das formas de integração económica – é possível vislumbrar uma redefinição do conceito de nação. Essas transformações levaram a que não mais se associasse «nação» ao conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos num dado território, historicamente habitado por uma comunidade.

A contemporaneidade e seus contextos pressupõem que as populações consumam, de forma livre e cada vez mais intensa, informações, entretenimento e símbolos oriundos do estrangeiro; por outro lado os processos migratórios atuais demonstram que grande parte das populações que residem no exterior reproduz a chamada «cultura nacional» e mantém relações com o seu País de origem. Ao mesmo tempo que a comunicação de massa (rádio, televisão, Internet) funciona para trazer, ao consumo interno, informações e códigos de outros povos e de outros territórios, também funcionam como

recursos para a documentação e difusão da própria cultura para além das comunidades locais que a geraram.

Temos a noção de que esses impactos influenciam, não apenas a chamada cultura de massa, como também, a dinâmica das acções museais nas suas respetivas interlocuções com a sociedade. Neste contexto, abordaremos a seguir alguns aspetos sobre a influência da globalização nas questões patrimoniais e museológicas.

O Património como base de Políticas Públicas Culturais.

Os valores nacionais veiculados pelos médias são, por vezes, tão importante e significativos quanto os bens tradicionais, sobretudo se levarmos em conta o seu importante papel em relação à música, ao cinema e à TV na consagração, socialização e renovação de alguns comportamentos. Ficamos assim com o desafio de entendermos o património cultural de acordo com as condições históricas, sociais, económicas e comunicacionais da contemporaneidade.

De acordo com Canclini (1994), é possível identificarmos nas Ciências Sociais um movimento triplo de reconceitualização. O primeiro movimento afirma o património como elemento capaz de novas inclusões. Nele, assume-se que o património não reflete apenas as expressões passadas, ultrapassadas e em desusos de cada cultura – arqueologia, expressões arquitetónicas de outras épocas históricas e objetos antigos sem função de uso – passando a incluir os bens culturais nas suas expressões tangíveis e intangíveis – novos artefactos, saberes e fazeres, documentos e comunicação. O segundo movimento direciona-se para uma ampliação da política patrimonial de preservação, voltando-se para administrar desde a produção do passado até aos usos sociais que relacionam esses bens culturais com as necessidades contemporâneas das maiorias. O terceiro movimento afirma-se em oposição aos processos seletivos que privilegiavam e legitimavam os bens culturais produzidos pelas classes hegemónicas. Esse último movimento reconhece que o património de uma nação deve assumir representações da cultura popular.

Essas questões patrimoniais podem ser melhor compreendidas e avaliadas à luz de noções teóricas e de estratégias para implementação de políticas culturais contextualizadas pelos diferentes períodos históricos.

Um olhar mais atento a estas questões patrimoniais poderá revelar que:

– os processos de seleção e preservação patrimonial se justificam por meio das estruturas de classe;

- a noção de patrimónios nacionais é um elemento construído historicamente;
- é possível utilizar o património de forma diversificada, tanto na forma como na função;
- as mudanças nas formas de produção, na difusão e no consumo das referências culturais impulsionam uma nova definição de património; e,
- a utilização plena dos critérios estéticos e filosóficos servem para legitimar, avaliar, preservar e difundir o património.

Logo à partida esse olhar mais atento nos mostra um contexto para a aplicação de modelos diferenciados de políticas públicas culturais, permeado por questões patrimoniais complexas no que tange os aspetos políticos, sociais, e éticos.

O património cultural e sua relação com a desigualdade social, assumidos como ponto estratégico de políticas públicas, nos leva à reflexão de que o património cultural de uma sociedade não é a representação completa dessa mesma sociedade. O bem patrimonial é a expressão daquilo que identifica as pessoas como membros de uma sociedade; expressão daquilo que une os seres que compartilham e se identificam com um mesmo conjunto de bens e de práticas.

Se entendermos os museus e escolas, enquanto palcos narrativos, estes deveriam ser espaços de transmissão de saberes da sociedade, no entanto os grupos ao se apropriarem de forma desigual e diferente dessa informação, assumem e expressam formas distintas de herança cultural. Museus e escolas, instituições criadas para serem espaços públicos, abertos a todos, não têm conseguido que as suas narrativas sejam igualmente apropriadas por todos. A medida que descemos na escala económica e educacional, verificamos que a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições diminui.

Mesmo nos Países democráticos e/ou naqueles onde os movimentos revolucionários conseguiram introduzir os saberes e as práticas dos indígenas, os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar subordinado e secundário nas instituições e estruturas hegemónicas do Estado.

“Por isso, a reformulação do património em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como o outro capital se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual.” (Canclini, 1994, p. 97).

Se por um lado é verdadeira a noção de que o património tem a função de unificar uma nação, também o é o facto de que as desigualdades existentes na sua formação e apropriação, exigem que estudemos o património como representação de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos.

Não se pode esquecer que o património cultural também tem sido utilizado ao longo da história como recurso para reproduzir as diferenças entre grupos sociais e produzir a hegemonia daqueles que estão ligados às estruturas de produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes definem quais são os bens que merecem ser preservados, assim como possuem os meios económicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para atribuírem a esses bens maior qualidade e refinamento. As classes populares possuem menos recursos para transformarem os seus produtos culturais em património generalizado e reconhecido pelo Estado.

Ao longo dos tempos, alguns elementos têm sido utilizados repetidamente para transformar um produto cultural de um grupo em património nacional. Os processos seletivos que priorizam e acumulam historicamente elementos de um grupo, tendem a converter o fruto dessa seleção em base de saber, por meio da sua utilização e representação na educação institucionalizada. Esse processo seletivo, caracterizado pelo privilegiar das classes hegemónicas, têm dificultado que as classes dominadas difundam as suas referências simbólicas e materiais e inscreva-as no conjunto de bens culturais assumidos nacionalmente.

Outro ponto que tende a estruturar o património como elemento estratégico da política cultural é o entendimento do património nacional como uma construção imaginária. Assim, o que se entende por cultura nacional muda de acordo com os períodos históricos. Mesmo existindo alguns elementos que não se tem alterado em relação ao entendimento de nação (como a questão da definição de um território, de uma população e de seus costumes), há por outro lado uma série de códigos que se tem alterado de acordo com a época, sendo portanto passível de ser considerado como a parte de construção imaginária.

O imaginário discursivo sempre contribuiu para a construção da nação. Esses discursos contribuíram para formar o sentido do nacional, selecionando e combinando suas referências emblemáticas, dando-lhe unidade e coerência imaginárias. A medida que esses discursos são partilhados, contribuem para formar a conceção coletiva e se tornam património cultural, ou seja, passa ser tudo aquilo que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos.

Aqui assumimos a conceção de identidade adoptada por Anderson (1983), na medida em que evidencia que o nacionalismo é um artefacto cultural e uma ficção construída historicamente. O referido autor (1983), fala-nos da necessidade de procurarmos entender a problemática da identidade, cidadania e património por meio de uma nova orientação, transcendendo a análise das relações com o território original e buscando compreender como os movimentos contemporâneos de transnacionalização e desterritorialização da cultura (migrações, indústria cultural...) têm transformado processos de formação, produção e transformação dos patrimónios simbólico em relação aos quais se definem o perfil da vida cotidiana e os traços de identificação dos grupos.

A diversidade de utilização do património pode ser assumida como um outro elemento estratégico de uma nova política cultural. Como espaço de disputa económica, política, e simbólica o património está atravessado pela ação de agentes da ação privada, por agentes estatais e por agentes dos movimentos sociais.

A ação privada, orientada pela necessidade de acumulação económica e reprodução da força de trabalho, é tendencialmente levada à exploração muitas vezes indiscriminada do património. As contradições dos interesses dos agentes da ação privada no património são mais destrutivas nos Estados que não possuem políticas culturais que definam o sentido do património para a sociedade, que regulem o desenvolvimento económico e estabeleçam um marco para a ação de cada sector do capital.

A ação do Estado também tem uma relação de ambivalência com o património. Algumas ações procuram valorizá-lo como elemento integrador da nacionalidade, noutras ações promovem o património como recurso para a própria legitimação dos seus governantes.

O interesse pelo património, junto aos movimentos sociais, é recente, pois durante muitos anos essa preocupação era considerada tarefa restrita aos governos nacionais. Somente nas últimas décadas, os movimentos sociais passaram a se interessar pelas ações preservacionistas e valorizá-las como ferramentas para o desenvolvimento comunitário.

A distribuição desigual do património nas cidades e o uso desigual da mesma cidade pelas classes sociais têm provocado pouco interesse de preservação do património pelas classes não dominantes. As classes populares sentiam-se pouco envolvidas na preservação dos valores simbólicos. Mesmo em relação ao seu próprio capital cultural, verifica-se elevado deficit de interesse preservacionista, uma vez que historicamente tem sido as classes médias a procurarem preservar os

produtos culturais provenientes das classes económicas e socialmente subalternas. Configurando assim, um processo seletivo que revela e omite referências culturais dos dominados, à luz dos gostos, dos valores e das condições sociopolíticas das classes médias e dominantes.

Novos movimentos sociais têm vindo a ampliar os debates sobre o património e a provocar um interesse maior sobre a sua preservação. Essa transformação começa a ser sentida na problemática da responsabilidade social e económica de quem tutela o património; na necessidade de mobilidade social também sustentada pelas referências culturais, e no resgate do património através de mecanismos de apropriação coletiva e democrática.

A problemática do património extrapolou as questões de incidência física, preservacionista e técnica e tem vindo gradativamente a ganhar terreno nas questões sobre os usos sociais e democráticos do património.

Canclini (1994) propõe modelos para a compreensão das novas abordagens patrimoniais, considerando que os propósitos da preservação, associados ao imaginário dessa mesma preservação, podem ser assumidos como outro ponto estratégico de uma nova política do património.

No «modelo tradicionalista» preserva-se o património de forma desvinculada do valor de uso atual, entendendo o património como algo excepcional, exclusivo, fora das condições de vida e trabalho de quem o produziu. Esta posição, sustentada por diversos atores sociais, desvincula o património do processo histórico, onde a evocação do passado se dá pelo culto dos seus objetos de valor, mas desprovidos de olhar crítico sobre o processo de produção. O objetivo dessa preservação é salvaguardar modelos estéticos e simbólicos cuja conservação serve para testemunhar que a substância desse passado transcende as mudanças sociais. Ficam excluídos desta política os bens precários, cambiantes e representativos das classes populares.

O «modelo mercantilista» considera que os bens acumulados numa sociedade são importantes na medida em que favorecem ou retardam o «avanço material». A estética deste modelo é exibicionista e os critérios artísticos, históricos e técnicos são utilizados na busca pela espetacularidade. O património é utilizado recreativamente com vista ao lucro económico e os bens simbólicos e são valorizados apenas se passíveis de apropriação privada enquanto signos de distinção ou artigo de consumo.

O «modelo conservacionista e monumentalista» tende a preservar e classificar os bens históricos que sejam potencialmente símbolos de nacionalidade e de coesão. Desvinculando a problemática das populações e dos locais nos

quais se inserem, da atenção privilegiada para com a monumentalidade do património.

O «modelo participacionista», assume o património e a sua preservação relacionando-os com as necessidades globais da sociedade. Este modelo caracteriza-se por incluir em sua seleção todos os produtos culturais identificados como importantes – desde os edifícios monumentais como a arquitetura popular, desde objetos de arte até os objetos artesanais, património material e imaterial. O enfoque na participação social é crucial para que a seleção e o processo de preserva-se reflita a realidade patrimonial e as identidades locais.

As funções basilares dos modelos anteriores – valor intrínseco dos bens, interesse mercantilista, e capacidade simbólica de legitimação – são todas subordinadas às necessidades dos usuários. A seleção do quê, do como e do para que preservar é fruto de um processo democrático.

A participação do público e dos usuários de instituições e de sítios patrimoniais não exclui a problemática específica de valorização histórica e estética dos bens culturais, nem o papel do Estado e dos profissionais da área (artes, história, antropologia, sociologia e Museologia) em toda a problemática cultural, mas oferece outras referências para se avançar na tarefa de democratização da cultura.

As mudanças nas formas de produção, na difusão e no consumo das referências culturais implica uma mudança na definição de património que se tem vindo a adotar pelas políticas culturais, sendo por isso visto como um ponto estratégico no cerne das novas políticas públicas. O processo social de desenvolvimento do património requer que diferenciemos nele o arcaico (é o que pertence ao passado), o residual (aquilo que se formou no passado, mas se encontra presente em atividades dos programas culturais) e o emergente (são os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais).

As transformações sociais impuseram novos critérios orientadores de decisões no campo das políticas culturais, nomeadamente o «reposicionamento» da preservação do património, face aos indivíduos e da sua luta pela sobrevivência. A busca do equilíbrio entre tradição e as mudanças impostas pela modernidade e, as participações democráticas dos produtores e usuários assumidas nas políticas e decisões da esfera patrimonial.

As novas tecnologias de comunicação colocam como desafios, para a possibilidade de difusão e de espetacularização do património, questões sobre as possibilidades de utilizar meios criativos, alternativos e críticos para desenvolver a consciência social sobre a problemática do património.

Questionam como legislar sobre esses temas sem afetar os direitos de livre informação e comunicação social.

Esses questionamentos demonstram a necessidade de se ampliar o campo de problemas e o âmbito disciplinar em que o património habitualmente se situa, gerando uma urgência de se criar novos instrumentos metodológicos e concetuais para analisar as interações atuais entre o popular e o erudito, o tradicional e o moderno, o público e o privado, exigindo maior vinculação entre a antropologia, a Museologia, a sociologia e os estudos sobre comunicação.

Os critérios estéticos e filosóficos que avaliam, preservam e difundem o património, são também elementos estruturantes para uma nova política pública para o património. Neste ponto podemos debruçarmo-nos sobre a questão da autenticidade na esfera patrimonial.

Na arte, a questão da cópia e do autêntico tem sido vista pelos historiadores da arte como algo que pode vir a mudar a «áurea» da peça. A questão da autenticidade e da unicidade muda a relação do usuário e o especialista com a obra. No entanto, o autêntico é uma construção histórica moderna e transitória. A mudança actual, acerca do entendimento do autêntico é uma tendência histórica e global, muito para além de uma mera questão tecnológica como poderia parecer a partida. A transformação no acesso e apropriação da arte – inicialmente entendido como um privilégio de alguns e atualmente entendida como parte da esfera principal da vida – permite-nos redefinir a formação da experimentação histórica ao se relacionar o passado com o presente, além de nos permitir transformarmo-nos em agentes ativos.

Temos como exemplo a produção das artes populares, que tradicionalmente estava ligada à produção artesanal manual e em pequena escala, e que atualmente a produção passou a estar subordinada a pequenas fábricas urbanas com funcionário oriundos de migrações. Essas mudanças de produção têm influência direta no consumo. Gradativamente verifica-se uma homogeneização do artesanato em todas as regiões, fenómeno que leva à inscrição na peça da origem para que o turista não confunda o objeto e a região de onde provém.

No património cultural tradicional a distinção entre cópia e original é fundamental para a pesquisa científica e artística das referências culturais. A distinção também deve se dar no reconhecimento de certos objetos e práticas que merecem difusão e, na pretensão ideológica de quem busca construir o autêntico.

No que toca a autenticidade do património cultural deve-se ter em conta alguns factores de risco, como o idealizar de algum momento do passado e propô-lo como paradigma sociocultural do presente. As refutações de fetiches históricos

obrigam a que sejamos mais críticos e conscientes das implicações de olhar e representar o passado. Há ainda o risco de eliminar, por preconceito, as oportunidades de ampliar o conhecimento sobre o passado e de outras culturas, ou ainda de esquecer que toda a cultura é resultado de seleção e de combinações, portanto produto de encenação, onde se elege e se adapta aquilo que se deve representar.

As representações culturais devem ser entendidas como simulações e teatralização e não como os factos. Apenas a credulidades cega legitima a fetichização das representações culturais, levando a que se acredite que nelas se deposita a verdade. A consciência crítica, por seu lado, leva a que se assumam que os bens culturais, enquanto representações, adquirem e mudam seu sentido por conta dos processos históricos, dentro dos diversos sistemas de relações sociais submetidos a construção e reconstrução imaginária.

A tarefa de uma política cultural referente ao património não é resgatar ou valorizar apenas as referências autênticas de uma sociedade e sim tudo aquilo que é culturalmente representativo. Assim Canclini nos diz que os processos interessam mais que os objetos pelo facto de serem representativos dos modos de conceber e viver o mundo e a vida caraterísticos de certos grupos sociais.

“O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligível as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca. (Canclini, 1994, p. 114).

Os Museus, como espaços narrativos, são por essência espaços de representações capazes de proporcionar uma visão mais complexa sobre a sociedade e das formas diferenciadas de apropriação da memória coletiva. A medida que a representação e promoção do património pelas diferentes instituições de memória na sociedade – museus, bibliotecas, escolas e arquivos – assumam os conflitos que acompanham as representações culturais, poder-se-á contribuir para a afirmação da nação, não como algo abstrato, mas sim aquilo que une e dá consistência a um projecto histórico consciência e democrático.

Em relação às Políticas Culturais pode-se observar que a crescente ausência do Estado nas atividades culturais e expressões artísticas vem deixando campo livre para a especulação empresarial e privada. Em vez de valorizar-se a criatividade, tem-se vindo a valorizar os elementos que potencialmente permitem a espetacularização da cultura, busca-se a capacidade de reutilização das expressões culturais em exposições e espetáculos.

As Políticas Públicas Culturais no contexto da globalização

Ao longo das últimas três décadas intensificaram-se as interações entre as esferas económicas, sociais, políticas e culturais. Essas trocas e interações ficaram conhecidas pelo nome de globalização e se caracteriza por ser um fenómeno que atravessa as mais diferentes áreas da vida da sociedade. As relações de trocas, os processos e as estruturas de base económicas, geográficas, políticas, históricas, culturais e sociais que se desenvolvem numa escala mundial, ganham visibilidade e predominância face às relações, estruturas e relações de trocas na escala nacional.

As ciências sociais construíram-se e desenvolveram-se, com base na reflexão sobre movimentos e formas da sociedade nacional, no entanto este paradigma esta a ser progressivamente substituído por conta da assimilação ou mesmo substituição da sociedade nacional pela então sociedade global.

No modelo de sociedade nacional, pensávamos e actuávamos num quadro em que as fronteiras da sociedade e do estado eram as mesmas. No modelo de sociedade global os paradigmas são outros, pois o que ocorre não é apenas uma extensão da sociedade nacional e sim a aplicação de um novo modelo que se constitui como uma realidade original baseada num processo de mudança contraditório e desigual.

Entender a sociedade como global implica novos desafios empíricos e metodológicos que exigem a elaboração de novos conceitos, a construção de novas categorias de classes e levam a novas e diferentes interpretação.

A globalização e as redes de informação globais, condicionadas pelas estruturas de poder, riqueza e tecnologia, são identificadas como estruturas dialéticas que por um lado possibilita a melhoria dos métodos preservacionistas, a criatividade cultural e os processos mas, que por outro lado privam sociedades de direitos políticos e sociais, gerando um campo de conflitos entre os grupos sociais, Estados e interesses (hegemónicos e subalternos).

Santos, B. S. (2005), define quatro modos de produção da globalização, que em seu entender dão origem a quatro formas específicas de globalização.

O «localismo globalizado», primeiro modo de globalização que consiste em globalizar, com sucesso, determinados fenómenos locais como por exemplo a adopção da língua inglesa com língua internacional ou a internacionalização do «*fast food*» americano como forma de alimentação global.

O «globalismo localizado», segundo modo de globalização que tem por base o impacto das práticas transnacionais

nas condições locais, práticas essas que decorrem dos «localismos globalizados». As condições locais são, em princípio, desestruturadas, descontextualizadas e reestruturadas por forma a responde aos imperativos transnacionais.

Os dois outros modos de produção da globalização são identificados pelo autor como processos de resistências ao «localismo globalizado» e ao «globalismo localizado». Assim o «cosmopolitismo», terceiro modo de globalização, configura-se como uma possibilidade de Estados-nação, regiões e grupos sociais resistirem por meio de uma organização transnacional pela defesa de interesses percebidos e assumidos como comuns, utilizando em benefício próprio as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial.

O quarto modo de produção da globalização, e segundo de resistência, é o «património comum da humanidade», que consiste nas lutas transnacionais de defesa e proteção de temas, artefatos, recursos, ambientes considerados comuns e essenciais para a manutenção e sobrevivência da sociedade em escala global. Justificando suas ações em prol da manutenção das memórias coletivas das gerações presentes e futuras.

Com a elaboração desse quadro que identifica diferentes modos de produção da globalização, é possível assumir dois caminhos distintos na caracterização do processo de globalização. O primeiro caminho se distingue através do «localismo globalizado» e do «globalismo localizado» e se caracteriza através de um processo de globalização hegemónico ou de cima para baixo. O segundo caminho se distingue através do «cosmopolitismo» e do «património comum da humanidade» e se caracteriza por ser um processo de globalização contra-hegemónico. Esses dois processos existem concomitantemente, como expressões das lutas no interior dos campos da política, cultura, geografia, história e sociedade, travadas na esfera transnacional.

Na mesma tendência de expressar a existência do modelo de globalização contra-hegemónico, Castells (2003) defende que a era da globalização também está marcada pelo ressurgimento do nacionalismo que se tem manifestado, por um lado, devido o desafio que impõe a coexistência do modelo em declínio de Estado-Nação como o novo modelo de Estado-global, e por outro lado pela reconstrução da identidade nacional definida em oposição ao estrangeiro, externo e o global. Esta nova tendência histórica surpreende os observadores mais atentos que consideraram a possibilidade de morte iminente do nacionalismo devido a fricção com os novos códigos globais.

Santos, B. S. (2001), nos diz que a globalização, longe de ser consensual, é na verdade um vasto campo de conflitos que

nas últimas três décadas se tem vindo a caracterizar como um fenómeno multifacetado que:

(...) parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro. Além disso, interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres (...). (Santos, B.S. 2005, p. 32).

Essa dualidade que caracteriza o processo de globalização pode escamotear a sua tendência hegemónica e sua forte componente económica, no entanto é preciso entendê-la como algo que se manifesta pela interação profunda nas esferas social, política, económica e cultural.

O enfoque da globalização através da sua dimensão económica leva-nos a entendê-la como um fenómeno gerador de uma economia à escala mundial dominada pelo sistema financeiro e investimentos de escala global. Promotor de processos de produção multinacionais, da desintegração das economias nacionais, de produção de novos direitos internacionais para investidores estrangeiros, da subordinação dos Estados nacionais pelas agências de atuação transnacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e, pelo fomento de aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação.

Nas dimensões sociopolíticas, a globalização se apresenta no fomento de uma nova classe social capitalista e transnacional que atua no campo social global, atuando muito para além das organizações profissionais nacionais e dos Estados mais enfraquecidos da periferia e semiperiferia do sistema mundial. A principal representação institucional dessa nova classe são as empresas multinacionais que atuando de forma hegemónica promove um novo tipo de desigualdade de classes a nível mundial. Essas novas desigualdades sociais têm vindo a ser gradativamente reconhecida até mesmo pelas instituições multinacionais que aplicam este modelos de globalização como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Nos últimos trinta anos de processo de globalização acentuaram-se as desigualdades sociais e de distribuição de riquezas entre países, levando a uma maior concentração de rendimentos nos países que lideram o processo de aplicação do novo modelo económico¹.

A globalização vista através da sua dimensão política implica entendermos que à relação entre cruzamento da nova economia global, o acentuar das desigualdades sociais, e a nova divisão internacional do trabalho, trouxe alterações para a forma política do sistema mundial atual. Verificando-se de um lado a dominação progressiva dos Estados periféricos e semiesféricos pelos dos Estados hegemónicos e, de outro lado a progressiva organização política entre Estados, como o Mercosul e a União Europeia.

A globalização política ganha força através do crescente papel e poder das formas de governação supraestatal, ou seja, pelas instituições políticas internacionais, pelas agências financeiras multilaterais, pelos blocos políticos e económicos supranacionais.

Segundo Featherstone (1997) o processo de globalização de dimensão cultural sugere a existência simultânea de duas imagens da cultura. De um lado, a imagem que sugere a extensão de uma cultura para além da esfera do local e do nacional, tendo por limite o global. Essa imagem indica um processo de conquista, homogeneização e unificação do espaço e da cultura, produzindo um contexto de assimilação de uma cultura que se pretende comum. De outro lado, a imagem que indica um processo de compreensão das culturas, colocadas em contacto e justaposição. Essa segunda imagem indica maior movimento e trocas de referência culturais, assumindo a complexidade e relativização da cultural.

A globalização cultural assumiu papel importante nos anos oitenta do século XX, no contexto da mudança de ênfase das ciências sociais, antes focada nos fenómenos sociais e económicos, para o novo enfoque nos fenómenos culturais. Esse novo enfoque no cultural trouxe à luz a questão acerca da prioridade de explicar a causa da vida em sociedade e, com ela a questão do impacto da globalização cultural.

Todas as dimensões da globalização acarretam processos de homogeneização e na dimensão cultural isso também se verifica, a ponto de se reforçar o questionamento sobre em que medida a designação correta não seria ocidentalização ou americanização do processo cultural, já que todo o universo simbólico que se globaliza é ocidental (Ritzer, 1995).

Appadurai (1996) defende que a globalização cultural é resultante da acção dos médias e das migrações de massa. Para o autor, esses dois fatores são responsáveis pela rutura entre o mundo da modernização e o mundo que estaríamos a entrar, do pós-electrónico. O mundo pós-electrónico, marcado pela imaginação (Anderson, 1983) e articulado com a desterritorialização das migrações em massas, torna possível a criação de universos simbólicos transnacionais.

¹ Ver os últimos relatórios do PNUD 2001, 2002.

As diferentes percepções e interpretações do processo de globalização cultural não elucidam sobre a essência das relações sociais de poder que norteia tanto a homogeneização como a diferenciação. Sem esse entendimento os dois processos correm o perigo de serem postos no mesmo nível, sem que se reconheça as vinculações e as hierarquias entre ele.

Reflexões finais

As questões concetuais, aqui evidenciadas, ilustram alguns aspetos das diferentes tendências de pensamento que problematizam as noções de património no campo museal e também desvelam as suas respetivas implicações no atual contexto de globalização. Os processos museológicos, nesta abordagem, são cenários especiais de entrecruzamento dessas noções aqui apresentadas.

A aplicação de medidas políticas de âmbito cultural tem estado cada vez mais voltada para as preocupações de caráter educativo, formativo, de democratização do acesso às artes e à cultura e, à convicção de que estas medidas são formas de criar emprego, gerar receitas, promover e melhorar a imagem do local e imprimir maior competitividade, favorecendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

É assim que, cada vez mais, a cultura se transforma num instrumento de desenvolvimento territorial tendo as despesas públicas culturais vindo a ser entendidas, já não mais como custo social e sim como um investimento. No âmbito das atuais políticas públicas culturais torna-se cada vez mais comum utilizar o património como recurso para a revitalização económica e social.

O que tem estado por trás das preocupações habituais da salvaguarda dos patrimónios tem sido, em síntese, o desejo de valorizar as memórias coletivas e estabelecer códigos identitários nas sociedades e não apenas o ato nostálgico de volta ao passado ou ainda de recusa de viver o presente. A extensão da função social do património prenuncia novas e complexas relações entre os indivíduos e a memória – estejam elas na sua vertente pessoal ou coletiva.

No campo teórico e prático da Museologia convivem lado a lado as diferentes definições de património. Nos museus clássicos verifica-se a permanência da monumentalidade, nos novos museus (Ecomuseus, museus locais, museus comunitários, museus de vizinhança...) observa-se a vontade de estimular a criatividade e valorizar a inovação muito para além do simples cuidado de restituição passadista da história.

Desta forma desvelar novas categorias patrimoniais através da Museologia poderá conduzir-nos à universalização de um conhecimento ativo e pluridimensional que transforma a ação museal em meio privilegiado da comunicação.

Bibliografia Citada

- Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. (Col. Perspectiva do Homem). Lisboa: Edições 70. (Edição original, 1983).
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da Globalização: A modernidade sem peias*. (Col. Teorema Série Especial/ 58). Lisboa: Ed. Teorema. (Edição original 1996)
- Canclini, N. G. (1994). O Património e a cultural e a construção imaginária do nacional. In: *Revista do património histórico e artístico nacional/ 23*, (pp., 95-115). Rio de Janeiro: IPHAN.
- (1999). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. (4ª Edição, 1ª reimpressão). Rio: de Janeiro: ED UFRJ (1ª edição 1995).
- Castells, M (2003). *A era da informação: economia e cultura*. (Vol. II: O Poder da Identidade). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas.
- Featherstone, M. (1997). *O desmanche da cultura: Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel/ Sesc.
- Ritzer, G. (1995). *The macdonaldization of society*. Thousands Oaks: Pine Forge.
- Santos, B. S. (Org.). (2005). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Col. A Sociedade Portuguesa Perante o Desafio da Globalização/ 1. Direcção Boaventura de Sousa Santos. Porto: Afrontamento. (Edição original, 2001).

Bibliografia de Referência

- Canclini, N. G. (1998). *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Ensaio Latino-Americanos/ 1. (2ª ed.). São Paulo: EDUS. (Edição original. 1997).
- Guillaume, M. (2003). *A política do património*. (Col. Campo das Ciências/ 11). Porto: Campo das Letras. (Edição original, 1980).
- Halbwach, M. (1991). Fragmentos de la memoria colectiva. In.: *Revista de Cultura Psicológica* (Ano 1, número 1). Universidad Autónoma Metropolitana, Facultad de Psicología. México: UNAM.
- (2002). *Les Cadres sociaux de la mémoire*. (Col. Les classiques des sciences sociales). Université du Québec à Chicoutimi. Québec: Bibliothèque Paul-Émile-Boulet. (Edição original, 1925).
- (2004). *A memória colectiva*. São Paulo: Centauro (Edição original, 1968)
- Hall, S. (1999). *A identidade cultural na Pós-modernidade*. (3ª, Col. Identidade e Cultura na pós- modernidade). Rio de Janeiro: DPA Editora. (Edição original, 1992)
- Hobsbawm, E. (1998). *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*. (Col. História/ 2). Lisboa: Terramar.

- Huysen, A. (1994). Escapando da Amnésia. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*/23, (pp. 34-57). Rio de Janeiro: IPHAN.
- Jeudy, H. P. (1990) *Memória do Social*. Col. Ensaio & Teoria. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Le Goff, J. (1982) *História e memória*. (Vol. I História. Col. O lugar da história). Lisboa: Edições 70. (edição original, 1977).
- (1998). A *História Nova*. (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Edição original, 1978).
- Meneses, U. B. (1992). O Discurso Museológico: um desafio para os museus. A exposição museológica: reflexão sobre pontos críticos na prática contemporânea., In: *Ciências em Museus*, (pp. 87-105). São Paulo: EDUSP.
- Moutinho, M. (1989). *Museus e sociedade: Reflexão sobre a função social do Museu*. (Cadernos de Património nº 05). Leiria: Museu Etnológico de Monte Redondo.
- Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. In.: *Revista Estudos Históricos*. (Vol. 2, n.º 3, pp. 3-15), Rio de Janeiro.
- Primo, J. (Org. e Apres.). (1999). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. Cadernos de Sociomuseologia/15. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: Edições Lusófona.
- (1999). Pensar contemporaneamente a museologia. In *Cadernos de Sociomuseologia*/16, (pp., 5-36). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: Edições Lusófona.